

Recebido em 18 de Julho de 1980

A Montaria do Soajo, primórdio histórico do Parque Nacional da Peneda-Gerês (*)

(GEREZIANA V)

Por

C. M. L. BAETA NEVES

A medida que vou progredindo no estudo da História florestal, cinegética e aquícola do nosso País cada vez mais se afirma no meu espírito a necessidade e a vantagem de relacionar o presente com o passado, no sentido de uma melhor compreensão das causas e aspectos particulares dos factos hodiernos e de um melhor fundamento das decisões a tomar para o futuro, ou das previsões que lhe digam respeito.

Por tais razões me pareceu útil, a propósito do Parque Nacional de Peneda — Gerês, recuar nos tempos à procura de quanto de mais longínquo lhe pudesse estar ligado, de acordo com as realidades indiscutíveis ou com a interpretação pessoal daquelas outras cujo significado é susceptível de ser apreciado de forma diferente conforme a opinião ou critério de cada um.

Escolhi o Soajo, como tema a abordar hoje aqui sob um tal ponto de vista, por ser em relação à sua área que encontrei documentação

(*) Comunicação apresentada ao 1.º Colóquio dos Amigos do Parque Nacional da Peneda — Gerês, realizado em Braga de 28 a 30 de Março de 1980, acrescida da documentação histórica a seu propósito.

mais remota com qualquer relação com os aspectos históricos de maior importância a realçar quanto ao passado da área actualmente abrangida pelo Parque Nacional da Peneda — Gerês.

Vali-me para tanto, em relação à primeira parte deste escrito, do que sobre o Soajo foi publicado na «Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira», por ausência de outra documentação, dado que se refere à época mais recente aquela em que me baseei para redigir a segunda parte, documentação abarcando mais de três séculos, de 1292 a 1542, encontrada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fazendo parte de quanto consta dos índices e livros das Chancelarias reais.

De então para diante, até aos nossos dias, a base documental relacionada com a terceira parte que lhe corresponde é outra, mais dispersa e incompleta, não deixando contudo de permitir e justificar quanto dela, juntamente com a anterior, por fim foi deduzido.

*
* *
*

Tirados os aspectos pré-históricos, entre os de posição cronológica mais remota, a primeira referência a fazer ao passado do Soajo diz respeito às relações de domínio senhorial de D. Mumadona que datam de 950, quando depois de enviuar «*fez participação de haveres com os seus quatro filhos e as duas filhas, ficando-lhe a ela*», além de mais «*Suagio...*»; e de novo em 959 relacionado com a mesma Dona, o Soajo é referido na doação por ela feita ao seu mosteiro de Guimarães.

Mas em relação a quanto pode interessar, ainda da mesma fonte, embora tendo origem na *Portugalia e Monumenta Histórica (Diplomata et Chartae)*, é a referência no inventário dos haveres vimaranenses de 1059 à montaria e à pesca no rio Lima ligadas ao Soajo, o que permite afirmar que já no século X os seus habitantes eram monteiros, «*o que ainda se manifesta por foro três séculos depois*» segundo se vê nas Inquirições de 1258.

Permanecia assim essa característica como dominante dos seus hábitos de vida nas relações com a Natureza, hábitos que já antes do povoamento pré-nacional existiam como consequência do ambiente selvático das serranias onde se abrigavam ursos, corças, porcos bravos, cabras e outras espécies de animais, feição natural permanecendo ainda no início da nacionalidade «*o que explica a particular caracte-*

ristica dos foros locais, dependentes nitidamente do peculiar meio geográfico».

Da abundância e variedade da fauna local ainda se diz haver também na serra abundância de lobos, raposas, martas, ginetas, tourões, e *«no rio salmões, lampreias, grandes trutas, relhas, bogas, escalos e outros peixes, todos muito saborosos, do que se vê deve perdurara a razão da existência de importantes «pesqueiras» locais já no século X».*

Em tais Inquirições do tempo de D. Afonso III também se refere terem os jurados dito serem os habitantes de São Martinho de Soajo *«...monteiros, e, quando correm monte por si, dão a el-rei as espáduas dos porcos monteses grandes que matam e, se matam urso, dão a el-rei as mãos: e se correm monte sete «domaas» (semanas) ante (s do) Entrudo a três «domaas» (antes) de Quaresma não dão ao rei nada de quanto matam».*

Estas e outras obrigações, como a de acompanhar o rei na montaria logo que para além do Douro lhes pedisse serviços e apetrechos, pelo que recebiam a recompensa de terem alimentação à custa da casa real, confirmam a feição predominante das características do seu viver, em relação a esse meio selvático que tanto servia de fonte de abastecimento de alimento, como de justificação a essas obrigações e direitos que as compensavam.

Outros direitos para além dos já citados lhes foram conferidos por D. João I, como adiante se irão descriminar a partir das fontes documentais encontradas na Torre do Tombo, mas antes importa referir o primeiro documento das Chancelarias reais relacionada com o Soajo, datado de 23 de Agosto de 1282, no qual D. Dinis intervém na demanda entre pretor de Castro Laboreiro e os Monteiros da paróquia de São Martinho de Soajo *«relativa às coisas e foros que o mesmo pretor lhes pedia o mais do que devia...».*

Baseando-se nos usos e costumes dos referidos monteiros e quando se passava no tempo de seu pai e no dele, o que especifica, ordena que se mantenha quanto estava estabelecido não permitindo ao pretor exigir-lhes mais, ameaçando-os com pesada pena (quinhentos soldos) se procedessem de outra maneira.

A citação feita a Monteiros, já como profissionais(?), e o partido tomado a seu favor demonstram não só o predomínio destes como o respeito pelos direitos próprios, o que importa realçar no sentido da feição particular da maneira de viver das populações locais.

Quanto aos outros privilégios que lhe foram concedidos, a atestar o seu prestígio e vincada personalidade, deverei começar por referir o que se deve ao mesmo rei, o qual estabeleceu que nenhum fidalgo poderia demorar-se no Soajo mais do que o tempo necessário para um pão quente esfriar na ponta de uma lança ao ar, privilégio que se julga estar relacionado com o feitio da pedra, um pão triangular, que encima o pelourinho dessa povoação, sendo o fuste deste a lança, interpretação aliás controversa.

Mas foi D. João I aquele que terá dado maior relevo à distinção como eram tratados os Monteiros soajeiros, quando lhes concedeu os privilégios de serem isentos de terem armas, salvo azeumas, e o direito de terem os seus sabujos.

Também o mesmo rei estabeleceu a proibição dos fidalgos morarem no Soajo e seu julgado, não podendo possuir ali casas, vinhas e herdades ou outros bens e «herdamentos»; não lhes sendo igualmente permitido apossarem-se dos sabujos dos seus habitantes.

Tais privilégios vieram a ser posteriormente confirmados por D. João II e D. Manuel, tal como os concedidos por D. Afonso V, aos quais correspondeu o direito de todos os Monteiros do Soajo poderem vender e passar os seus gados para a Galiza, e ainda o Monteiro-mor e todos os Monteiros do Soajo e seu termo serem escusados de pagarem e terem qualquer encargo no Concelho, e de servirem no mar ou na terra em quaisquer armadas ou guerras, nem mesmo na dependência de seus filhos, mas só dele.

Foram assim D. João I e D. Afonso V os reis que depois de D. Dinis mais se interessaram por proteger e valorizar a população do Soajo, interesse manifestado por aqueles outros que foram confirmando os privilégios concedidos, e ainda por D. João III quando em documento datado de 17 de Agosto de 1542 acrescenta a esses privilégios o de serem dispensados de qualquer pagamento para construção ou arranjo de muros, pontes, fontes, e calçadas, e ainda o de não serem obrigados a acompanharem presos ou dinheiro, nem serem tutores nem curadores de nenhuma pessoa, não podendo ninguém ficar nas suas casas, adegas, cavalariças, nem tomarem o seu pão, vinho, roupas, palha, cevada, galinhas, bestas de sela ou albarda, carros, carretas, ou qualquer outra coisa contra sua vontade, nem bestas de tiro que tivessem para alugar.

Poderá assim afirmar-se que os Monteiros de Soajo beneficiaram pelo menos até ao reinado de D. João III de um favor que a autoridade real sempre lhes foi concedendo.

Não se refere a documentação consultada à Montaria propriamente dita e aos seus limites, mas certamente estes coincidiam com a paróquia instituída no século XII, ou com o concelho, o qual foi extinto em 1852.

A lacuna que ficou, de cerca de três séculos (do XVIII ao XIX), na pesquisa documental feita não permite ir mais além e não legitima quaisquer outras considerações, carecidas assim de fundamento que posteriormente venha acaso a ser encontrado.

E será desta forma dado por findo quanto julguei ter interesse hoje aqui divulgar, recordando ou anunciando ainda o que possa ter alguma originalidade para rematar este escrito com o que a seu propósito me foi possível deduzir.

*
* *
*

Embora incompleta a documentação citada, por ser apenas a correspondente às Chancelarias reais e por se referir só a quanto foi possível reunir até ao final do século XVI, mesmo assim julgo que não deixa de ter manifesto interesse quanto lhe corresponde e ora se divulga.

Poderei ainda acrescentar-lhe a indicação das cartas de nomeação e perdão de Monteiros-mores dessa Montaria, entre 1443 e 1516, por também ajudarem a compreender a natureza da orgânica própria, que a pouco e pouco terá evoluído de acordo com as normas generalizadas a todas as áreas coutadas dependentes da Montaria real.

É assim legítimo considerar a Montaria do Soajo como o primórdio histórico do Parque Nacional da Peneda — Gerês, por ter sido a área dentro deste que primeiro foi sujeita a normas visando a protecção da fauna própria, nomeadamente a designada por caça grossa, sem embargo de ser permitida a sua exploração de certo modo ordenada.

Se tal não tivesse acontecido talvez hoje ainda fosse mais pobre em variedade e quantidade a sua representação nessa área, e embora nela se tivessem extinguido o urso e a cabra selvagem, foi em datas muito mais recentes que tal aconteceu.

É certo que não foi apresentada qualquer informação a quanto se terá ali passado a partir do século XVII, mas estou em crer que a consulta de documentação correspondente ao período seguinte até

final do século XIX, irá permitir o esclarecimento da evolução entretanto verificada, consulta que, como é evidente, é indispensável para se conseguir esse esclarecimento.

Em relação a épocas mais recentes ou à actualidade, a obra de Soeiro de Brito dá-nos uma ideia de como se estabilizou a maneira de viver dos soajeiros, que apenas agora se encontra em relação aos aspectos relacionados com a montaria ao lobo, como uma tradição por ter sido concedido por D. João I o privilégio de «*promover e organizar montaria aos lobos*», concessão a propósito da qual na documentação reunida não se encontra qualquer referência.

Sobressai do estudo feito por Soeiro de Brito a originalidade da vida dos soajeiros, da qual me foi possível fazer uma ideia pessoal quando passei pelo Soajo em 1939, na altura em que fazia o reconhecimento local para obter os elementos necessários destinados ao plano de arborização da Serra da Peneda, e mais tarde já depois do 25 de Abril a propósito do Parque por nele estar englobada essa povoação, sujeita a limitações contra as quais a sua vincada personalidade na altura fortemente reagia.

Direi assim que nos aspectos humanos, sociais e ecológicos que tanto valorizam o Parque Nacional da Peneda — Gerês, ao Soajo correspondente a maior quota parte, pelo muito que se distingue e caracteriza os seus habitantes, resultado das condições do meio e da independência com que durante séculos puderam viver englobados na Montaria local; e embora sujeitos às normas que lhe correspondiam e beneficiando dos privilégios com que foram distinguidos, dada a sua maneira de ser, muito cedo revelada, a personalidade que ainda hoje os caracteriza e desde há muito mereceu o respeito e a justa recompensa, tida em grande parte como resultado do isolamento geográfico e do ambiente selvático em que viviam.

Coube aos Monteiro-mores, pela sua presença e intervenção, defender tanto a fauna como os direitos concedidos correspondentes a esses privilégios, tal como aos Engenheiros silvicultores, que mais tarde vieram a substituí-los desempenhando papel idêntico.

Estou em crer que estes últimos, necessariamente encarregados da gestão do Parque Nacional, saberão compreender até onde esse passado, tão sumário e incompletamente descrito, deve ser tomado em conta no sentido do respeito pela personalidade própria da população soajeira e do valor da sua presença e actividade em relação às características e objectivos desse Parque.

É quanto com esta contribuição de ordem histórica, embora referente só a uma parte do seu passado, pretendi deduzir e demonstrar em relação ao presente e ao futuro do Parque Nacional da Peneda — Gerês.

Agradecimento

O autor deseja manifestar o seu reconhecimento pela colaboração prestada pelas Sr.^{as} Dr.^{as} D. Maria Teresa Acabado e D. Maria Luísa Esteves na transcrição dos documentos do A.N.T.T. (Chancelarias reais) referidos no texto.

DOCUMENTOS

1359 — Janeiro — 6

Monteyros de Soajo

*Confirmaçam dos priuilegios dos monteiros moradores em Soajo.
Em Santarem vj dias de Janeiro de mjl iiij^o lRbij annos.*

A. N. T. T. — Chanc. D. Pedro I, L.^o 1, fl. 33

1459 — Maio — 7

Carta de privilégio aos monteiros de Soajo, pela qual lhes é dada licença para venderem e passarem seus gados para a Galiza

Dom Afonso etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e merçe ao nossos (sic) monteiros de Soajo teemos por bem e queremos que daquy en diante enquanto nossa merçee for elles possam vender e pasar seus gaados de sua criaçom pera Galiza e esto pera repairo de seus mantijmentos sem enbargo de nossa hordenaçom e defesa seer em contrairo e porem mandamos etc. carta em forma dada em Alenquer bij dias de Mayo el Rey ho mandou per Gonçalo Vaaz de Castell Branco monteiro moor Jorge Machado a fez anno de iiij^o lix.

A.N.T.T. — Chanc. D. Afonso V, L.^o 36, fl. 90

1483 — Dezembro — 12

Carta de confirmação de privilégio aos monteiros de Soajo

Dom Joham jtem carta de confirmaçom dos priujllegio (sic) dos monteiros de Soajo em forma etc. dada em a nosa cidade do Porto a xij dias de Dezembro Esteuam Vaaz a ffez de mjl iiij^o lxxxiiij.

A. N. T. T. — Charic. D. João II, L.^o 24, fl. 145 v.

1483 — Dezembro — 12

Carta de confirmação de privilégio aos monteiros de Soajo, pela qual são isentos de ter armas e somente são obrigados a ter sabujos e azeumas

Dom Joham etc. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que por parte dos nossos monteiros de Soajo nos foy apresentada hũa carta del Rey Dom Joham meu bisauoo da quall o theor tal he Dom Joham etc. A vos coudees por nos nas comarquas de Soajo e a quaaesquer outros que desto o conhecimento perteger a que esta nossa carta for mostrada saude sabede que nos querendo fazer graça e merçee aos nossos monteiros das comarcas de Soajo teemos por bem e mandamos uos que os nom costringades que tenham nenhũuas beestas nem ssolhas nem llanças nem outras nenhũuas armas posto que pera ello lhe sejam achadas as coontijas ssenom tam ssoomente suas azeumas e ssabujos que tenham pera nosso serujço as quaaes azeumas lhe vos fazede teer boas e rrecebondas porem vos mandamos que os nom costringaaes pera teerem as dictas armas em nenhũua guisa que seja ca nossa merçee e tallante he que sejam dello quites e escusados e que tenham as dictas azeumas ssoomente como dicto he he all nom façades dante em a cidade dEuora a xxbiiij^o dAbrill el Rey o mandou per Ruj Lourenço leçençado em Degredos dayam de Coinbra e per Joham Afonso seu vassallo anbos do sseu Dessenbargo Martim Lourenço a fez era de mjl e iiij^o xxxiiij^o pedindo nos os dictos monteiros que lhe confirmassemos a dicta carta e visto per nos sseu rrequjrimto e querendo lhes fazer graça e merçee teemos por bem e lha confirmamos assy como em ella he contheudo

da quall nom queremos que gouuam ssenom aquelles monteiros que forem nossos e com outrem nom viuerem e porem mandamos que assy lha cunpram ssem algũa duujda nem embargo porque assy he nossa merçee dada no Porto xij de Dezembro Esteuam Vaaz a fez de mjl e iiij^o lxxxiiij.

A. N. T. T. — Chanc. D. João II, L.^o 24, fl. 146 v.

1528 — Outubro — 22

¶ Aos monteiros de Soajo carta pera nam trazerem armas

Dom João etc. A quantos esta minha carta virem faça saber que por parte dos monteiros da montaria de Soajo me foy apresetada hũa carta del Rey meu senhor e padre que santa gloria aaja de que o teor tal he ¶ Dom Manuel per graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarues daquem e dalem maar em Africa senhor de Ginee. A quantos esta nosa carta virem fazemos saber que da parte dos monteiros da nosa montarja de Soajo nos foy apresetada hũa carta del Rey Dom Yoão meu primo que Deus aaja de que o teor tal he ¶ Dom Yoão per graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarues daquem e dalem maar em Africa. A quantos esta nosa carta virem fazemos saber que por parte dos nosos monteiros de Soajo nos foy apresetada hũa carta del Rey Dom Yoão meu bisavo da qual o teor he este que se segue ¶ Dom Yoão per graça de Deus Rey de Portugal e do Algarue a vos por nos (sic) nas comarcas de Soajo e quaes (sic) outros que desto o conhecimento pertencer e a que esta nosa carta for mostrada saude sabede que nos querendo fazer graça e merçe aos nosos monteiros das comarcas de Soajo temos por bem e mandamos vos que os nam costringades que tenham nhũas bestas nem solhas nem lamças nem outras nhũas armas posto que pera ello lhe sejam achadas as comtias senam tam soamente suas azeumas e sabujos que tenham pera noso seruiço as quaes azeumas lhe vos fazey ter boas e regebomdas porem vos mandamos que os nam costringaees pera terem as dictas armas em nhũa gisa que seja ca nosa merçe e talamte he que sejam dello quites e escusados e que tenham as dictas azeumas soamente como dicto he e all nam façadees dada em a çydade dEuora a vinte e oytto dias dAbrill el Rey o mandou per Ruy Lourenço licenciado em Degredos dayam de Cojmbra e per João Afonso seu

vasalo ambos do seu Desembarguo Martim Lourenço a fez de mill iiij^o xxxiiij pedimdo nos os ditos momteyros que lhe confirmasemos a dicta carta e visto per nos seu requirimento e queremdo lhe fazer graça e merçe temos por bem e lha confirmamos asy como em ella he conteudo da qual nam queremos que gouvam senam aquelles monteiros que forem nosos e com outrem nam viuerem e porem vos mandamos que asy lha cumpraees sem algũa duvida nem embargo porque asy he nosa merçe dada em a çydade do Porto a xij dias de Dezembro Estevam Vaaz a fez anno de Noso Senhor Jhesu Christo de j iiij^o lxxxiiij pedimdo nos por merçe os dictos monteiros que lhe confirmasemos a dicta carta e visto per nos querendo lhe fazer graça e merçe temos por bem e confirmamos lha e avemos por confirmada asy e na maneira que em ella se contem e mandamos que asy se cumpra e guarde jnteiramente sem duvida nem embargo algũu que a ello seja posto porque asy he nosa merçe dada em a villa de Symtra aos bij dias do mes de Dezembro Aluaro Fernandez a fez ano de j iiij^o lRbiiij pedimdo me os sobredictos por merçe que lhe confirmase a dicta carta e visto per mym seu requerimento e querendo lhe fazer graça e merçe tenho por bem e lha confirmo e mando que se cumpra e guarde asy e da maneira que se nella contem Ayres Fernandez a fez em Lixboa a xxij dias dOutubro anno de Noso Senhor Jhesu Christo de j b^o xxbiiij mando que esta carta pase pela Chancelaria posto que o tempo seja pasado e page a chancelaria direita somente em Lixboa a xbij dAgosto de j b^o Rij.

A. N. T. T. — Chanc. D. João III, L.^o 32, fl. 71

1529 — Janeiro — 6

¶ A os monteiros de Soajo conffirmacam de seus priuilegios nesta conteudos

Dom João etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que por parte dos monteiros de Soajo me foy apresentada hũa carta del Rey meu senhor e padre que samta gloria aaja de que o teor tal he. ¶ Dom Manuel per graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarues daquem e dalem maar em Africa senhor de Ginee a quantos esta nosa carta virem fazemos saber que da parte dos nosos monteiros da nosa mata de Soajo nos foy apresemntada hũa carta del Rey Dom Yoão

meu primo que Deus aaja da qual o teor tal he. ¶ Dom Yoão per graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarues daquem e dalem maar em Africa a quantos esta nosa carta virem fazemos saber que da parte dos nosos monteiros de Soajo nos foy apresentada hũa carta del Rey meu senhor e padre que Deus aaja da qual o teor se segue. Dom Afonso per graça de Deus Rey de Portugal e do Algarue e senhor de Çeita a quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e merçe ao noso monteiro moor de Soajo e a todos os monteiros do dicto lugar e seu termo temos por bem e queremos e mandamos que elles sejam escusados de pagarem nem de seruirem em nhũus emcarregos nosos nem do Concelho e de syrverem (sic) por mar nem por terra em nhũas armadas nem em nhũas gerras nem em nhũa outra cousa que seja com nhũus de meus filhos nem com outra nhũa pessoa saluo com o noso corpo soo quando nos formos e esto se emtemda asy nestes monteiros que ora sam como nos que depois delles vierem porem mandamos aos juizes do dicto lugar e todas as outras nosas justiças e a outros quaesquer offiçyaees e pessoas que esto por qualquer gisa ouverem de ver que lho cumpraaes e guardees e façaaes cumprir e guardar esta nosa carta e todos os outros priuilegios homrras e liberdades que elles de nos tem e sempre teueram pela gisa que em elles he comteudo e nam lhes vades nem comsentades jr contra elles em parte nem em todo em nhũa gisa que seja e se alguem comtra ello for mandamos a quallquer tabeliam de nosos reinos a que for requerido que o empraaze que do dia que o empraazar a quinze dias pareça ante nos a dizer qual foy a razam por que nam cumpriram o mandado de seu Rey e senhor e de como o empraazar e do dia do appareçer asy no lo façam saber per stpultura pubrica pera se ao dicto termo nam vier que lhe he asynado nos tornarmos a ello como nosa merçe for e esto lhe fazemos porquanto fomos çerto por carta e priuilegios que tinham dos Reis damte nos que sempre foram priuilegiados e escusos dos dictos emcarregos e gouviram das dictas liberdades outrosy nosa merçe he que todos aquelles que morarem no dicto loguo de Soajo e seu termo e forem nosos monteiros que nam pagem em nhũus pedidos que por nos sejam lamçados daqui em diante porquanto noso merçe (sic) he de os avermos por escusos e releuados dello posto que atee ora nelles pagasem porem mandamos ao noso contador da dita comarca e ao sacador delles que daqui em diante os nam costringam nem mandem

costranger pera pagarem em os dictos pedidos porquanto nosa merçe he de os avermos por releuados dello sem outro embargo algũu que lhe sobre ello seja posto em nhũa maneira que seja e all nam façades dada em a nosa çidade dEuora ao primeiro dia de Março Estevam Vaaz o fez anno de Noso Senhor Jhesu Christo de mill e quatroçentos e çymquenta e pedindo nos os dictos monteiros por merçe que lhe confirmasemos a dicta carta e visto e visto (sic) per nos seu requerimento e querendo lhes fazer graça e merçe temos por bem e lha confirmamos como nella he conteudo e esto aos nosos monteiros que com algũas outras pessoas nam viuerem e mandamos que asy o cumpram sem duuida nem embargo que a ello ponham dada em a nosa çidade do Porto a doze dias de Dezembro Estevam Vaaz o ffez anno do naçimento de Noso Senhor Jhesu Christo de mill iiij^o. ¶ pedindo nos por merçe os dictos monteiros que lhe confirmasemos a dicta carta e visto por nos e querendo lhe (sic) fazer graça e merçe temos por bem e confirmamos lha e avemos por confirmada asy e na maneyra que se em ella comtem e mandamos que se cumpra e guarde jnteiramente sem duuida nem embargo que a ello seja posto porque asy he nosa merçe dada em a villa de Symtra aos oyto dias de Dezembro Alvaro Fernandez o fez anno de mill iiij^o 1R biiij. ¶ pedindo me os sobredictos por merçe que lhe confirmase a dicta carta e visto per mym seu requerimento querendo lhe (sic) fazer graça e merçe tenho por bem e lha confirmo e quanto aos privilegios que nesta carta diz que lhe sejam guardados serem aquelles que lhe por mym forem confirmados e mando que desta maneira que acyma faz mençam se cumpra e guarde asy e tam jnteiramente como se nella contem Bastiam Lameguo a fez em Lisboa a seys de Janeiro do anno de Noso Senhor Jhesu Christo de mill b^o xxix annos. E quanto aos emcargos do Concelho que nesta carta diz que ham de ser escusos de pagarem e servirem nelles sam estes aqui decrarados e mais nam — a saber — que nam pagem em nhũas peitas feitas (sic) talhas pedidos servicos emprestimos que per o Concelho forem lançados per qualquer gisa que seja tirando pagar em bolsa ou pera fazimento ou refazimento de muros pomtes fomtes calçadas de que nam serem escusos e iso mesmo nam gram com presos nem dinheiros nem seraam tutores nem curadores de nhũas pessoas saluo sendo as tutorias lidymas e asy me praaaz que nam pousem com elles em suas casas de moradas adegas nem caualaricas nem lhe tomem seu pam vinho roupa palha cevada galinhas gado bestas de sella nem dalbarda nem carros nem carretas nem outra nhũa cousa do seu contra sua

vontade porem as bestas carros e carretas que trouxeram per aluger e com que ganharem dinheiro se poderaam tomaar pera qualquer seruiço per seu dinheiro pelo estado da terra e com esta deccaraçam mundo que se cumpra e guarde esta carta. Mando que esta carta pase pela Chancelaria posto que o tempo seja pasado e pagar se a chancelaria direita soomente em Lisboa a xbij dAgosto de 1542.

A. N. T. T. — Chanc. D. João III, L.º 32, fls. 70 v. - 71

BIBLIOGRAFIA

BAETA-NEVES, C. M. L. — *Dos Monteiros-mores aos Engenheiros Silvicultores*. Lisboa, 1965. Separata dos *Anais do Instituto Superior de Agronomia*, Volume XXVIII, 1965.

BAETA-NEVES, C. M. L. — *História Florestal, Aquícola e Cinegética. Chancelarias Reais*. Colectânea organizada com a colaboração das Dr.ªs D. Maria Teresa Acabado e D. Maria Luisa Esteves. Direcção Geral de Ordenamento e Gestão Florestal (*). Vol. I: 1282 — Agosto — 23, Chanc. D. Dinis, L.º 1, fl. 54; 1359 — Janeiro — 6, Chanc. D. Pedro I, L.º 1, fl. 33. Vol. II: 1443 — Março — 8, Chanc. D. Afonso V, L.º 27, fl. 41; 1452 — Abril — 14, Chanc. D. Afonso V, L.º 12, fl. 350; 1459 — Maio — 7, Chanc. D. Afonso V, L.º 36, fl. 90. Vol. III: 1483 — Dezembro — 12, Chanc. D. João II, L.º 24, fl. 145 v.; 1483 — Dezembro — 12, Chanc. D. João II, L.º 24, fl. 146; 1483 — Dezembro — 12, Chanc. D. João II, L.º 24, fl. 146 v.; 1483 — Dezembro — 12, Chanc. D. João II, L.º 24, fl. 146 v.; 1486 — Abril — 4, Chanc. D. João II, L.º 1, fl. 94 v.; Vol. IV (I): 1496 — Maio — 6, Chanc. D. Manuel I, L.º 43, fls. 11 v. e 12; 1499 — Dezembro — 7, Chanc. D. Manuel I, L.º 32, fls. 25 e 25 v.; 1498 — Dezembro — 7, Chanc. D. Manuel I, L.º 1, fls. 198 v. e 199; 1498 — Dezembro — 8, Chanc. D. Manuel I, L.º 32, fls. 55 e 55 v.; 1498 — Dezembro — 8, Chanc. D. Manuel I, L.º 1, fls. 195 e 195 v.; Vol. IV (II): 1513 — Janeiro — 4, Chanc. D. Manuel I, L.º 42, fls. 1 v. e 2; 1516 — Outubro — 4, Chanc. D. Manuel I, L.º 25, fl. 119 v.; Vol. V (em preparação): 1542 — Agosto, Chanc. D. João III, L.º 32, fls. 70 e 71; 1542 — Agosto, Chanc. D. João III, L.º 32, fl. 71.

(*) Na data desta publicação já foi impresso o Vol. I (1208-1438), estando para serem entregues na tipografia os Vols. II e III, mantendo-se dactilografado o IV e em preparação o V.

BRITO, R. SOEIRO DE — *Uma aldeia da montanha do Minho: O Soajo. Estudo de Geografia humana*. Lisboa, 1953. Separata da *Revista da Faculdade de Letras*, de Lisboa, Tomo XVIII, 2.ª série, n.º 1 e 3.

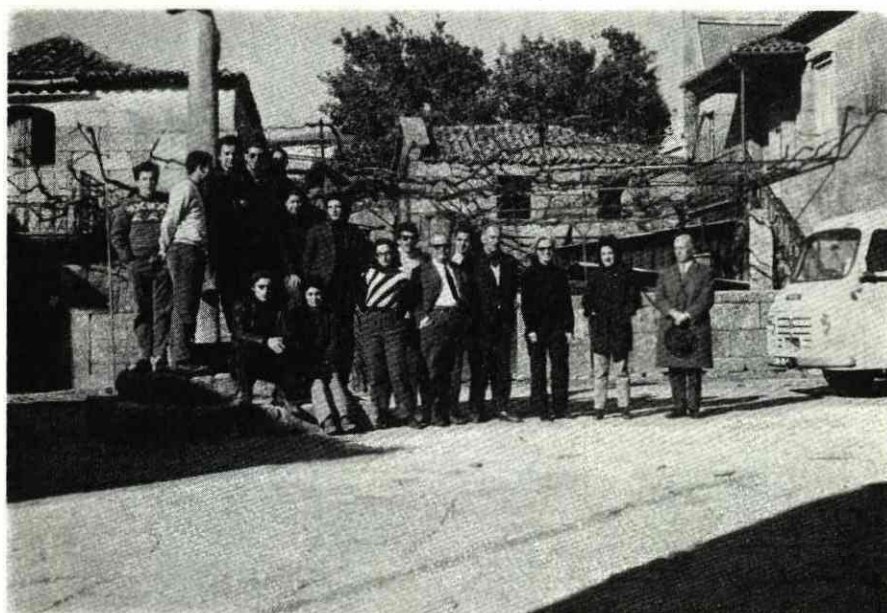
Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira — Soajo. Volume 29, pág. 297.

OLIVEIRA, A. LOPES DE — *Soajo. Uma aldeia diferente. «Cabeça de Montaria»*. — Edição da Junta distrital de Viana do Castelo, 1970. (*)

(*) Esta publicação foi só obtida depois da redacção deste trabalho, por isso não lhe é feita referência no texto, indicando-se nesta altura não como obra consultada mas como obra com grande interesse, não só pelo seu conteúdo mas também pela bibliografia sobre o Soajo que nela é citada.



Parte da Serra do Soajo (à esquerda) vista do Lindoso; ao fundo e à direita a Serra da Peneda (Parque Nacional da Peneda — Gerês)



Participantes numa excursão do Curso de Engenheiro Silvicultor, junto ao Pelourinho da povoação do Soajo

Fotos do Autor

